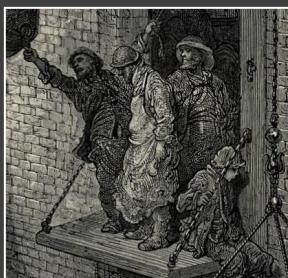


TRAVAS NO HORIZONTE POLÊMICO DA CRÍTICA LITERÁRIA BRASILEIRA

LOCKS ON THE POLEMICAL HORIZON OF BRAZILIAN LITERARY CRITICISM

Dossiê: O REALISMO E SUA ATUALIDADE

25 anos de Crítica Dialética na UnB



ORGANIZADORES:

Alexandre Pilati



Deane de Castro e Costa



Martín Ignácio Koval



CERRADOS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

v. 34, n. 68, ago. 2025

Brasília, DF

ISSN 1982-9701



10.26512/cerrados.v34i68.57791

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submetido em: 03/04/2025

Aceito em: 23/06/2025

DISTRIBUÍDO SOB



Danielle Corpas

UFRJ | daniellecorpas@letras.ufrj.br

Resumo/Abstract

O artigo parte da evidência de que tendências teóricas que se consolidaram nos estudos literários brasileiros nas últimas duas décadas desqualificam o exercício da crítica de literatura que reflete sobre relações dialéticas entre forma estética e matéria social. Levando em conta formulações de origens bastante diversas entre si, procura-se assinalar que a generalização ou "aplicação" irrefletida de determinadas noções e proposições valorizadas no momento convergem para a recusa de procedimentos elementares da crítica de matriz dialética, o que por sua vez resulta em interceptação de todo um acúmulo crítico e rebaixa o valor de conhecimento da leitura atenta à singularidade das obras. Para demonstrar isso, a argumentação gira em torno de diretrizes influentes na pauta dos debates acadêmicos, a partir de uma de série de expressões recorrentes no léxico universitário.

Palavras-chave: Crítica literária brasileira, Crítica dialética, Teoria Literária

The article starts from the evidence that theoretical trends that have consolidated in Brazilian literary studies over the past two decades dismiss the exercise of literary criticism that reflects on the dialectical relationships between aesthetic form and social matter. Taking into account formulations with various origins, it seeks to point out that the generalization or unreflective 'application' of certain notions and propositions valued at the moment converges to the refusal of elementary procedures of dialectical criticism, which in turn results in the interception of an entire critical accumulation and undermines the value of knowledge from careful reading of the singularity of the works. To demonstrate this, the argument revolves around influential guidelines in the agenda of academic debates, based on a series of recurring expressions in the university lexicon.

Keywords: Brazilian literary criticism, Dialectical criticism, Literary Theory.

Considerado do ângulo da história da crítica e da teoria literárias no Brasil, o fenômeno discutido neste artigo não tem nada de surpreendente. Em linhas gerais, trata-se do seguinte: tendências teóricas que vêm ganhando força nos cursos de Letras país afora neste primeiro quarto do século XXI desqualificam o exercício da crítica de literatura que reflete sobre relações dialéticas entre forma estética e matéria social mobilizando a tradição de pensamento materialista (o chamado marxismo ocidental, a Teoria Crítica e, em âmbito local, o acúmulo proporcionado pelos trabalhos de Antonio Cândido e Roberto Schwarz). Isso não é surpreendente porque há tempos estamos acostumados aos ciclos de enfrentamentos entre correntes teóricas que se sucedem em posição de prestígio na universidade brasileira, e nessa dança das cadeiras não é a primeira vez que o ponto de vista dialético é convidado a se retirar do jogo, reputado obsoleto, restritivo ou conservador. O próprio Schwarz, em “Nacional por subtração” (1987), já esclareceu uma série de aspectos relacionados ao descarte periódico de reflexões adensadas ao longo de mais de uma geração, sempre em nome de novos paradigmas recém-valorizados no circuito acadêmico mundial e, em geral, sem que os procedimentos e questões, hipóteses e conclusões precedentes sejam objeto de juízo refletido¹.

Cientes dessa constante na vida universitária de países da periferia do capitalismo, não podemos perder de vista as circunstâncias de cada momento; do contrário, as possibilidades de intervenção nas discussões atuais tornam-se ainda mais reduzidas. Por isso, a proposta deste artigo é comentar uma amostra de coordenadas teóricas que hoje se encontram em vigor nos estudos literários brasileiros e influem decisivamente na pauta do debate crítico com premissas (concepções de leitura e de funções da literatura e da crítica, critérios de valoração) que tendem a refutar a contribuição da crítica de viés dialético, recusando inclusive alguns de seus fundamentos centrais, como a leitura cerrada e a consideração da forma estética como conteúdo histórico sedimentado. Não se trata de uma singularidade local, essas tendências têm amplitude global. Por isso mesmo é útil observar o acolhimento conferido a orientações teóricas que conflitam com – e, não raro, descartam – um lastro solidamente construído com a participação de críticos brasileiros.

Como ponto de partida, podemos recorrer mais uma vez a Roberto Schwarz. Em 2009, numa entrevista a Maria Augusta Fonseca (republicada em *Seja como for*), ele especificou fatores relacionados a esse desdém, que de lá para cá parece ainda mais acirrado. Perguntado sobre a vigência da perspectiva de Antonio Cândido no cenário daquele momento, começa a resposta sumariando o rendimento da intervenção do programa crítico de Cândido em face de outras propostas de abordagem da literatura nas décadas de 1950 e 60, e conclui o seguinte:

Passados os anos, o conjunto destas posições [de Antonio Cândido] foi submergido, mas não refutado, pela maré pós-moderna. Saíram de cena a negatividade, a dialética e suas promessas de transformação, e entraram as teses do fim da história. A expansão avassaladora do capital, que deixou de ter limite externo, tornando-se global, mudou a paisagem. Entretanto será verdade que a qualidade estética, a consistência interna, o *close reading*, a substância social da forma, as problemáticas nacionais das ex-colônias e a própria ideia de crítica perderam a razão de ser? Embora o horizonte polêmico seja outro, só um cego não nota que estas exigências permanecem vivas, sob pena de regressão intelectual. Cabe às novas gerações retomar o assunto. (Schwarz, 2019, p. 269)

Para retomar o assunto de modo estratégico – com vistas a alcançar alguma repercussão na cena cultural, na definição de interesses de pesquisa e na formação de estudantes – é fundamental ter clareza das complicações com as quais é preciso lidar hoje para se fazer ouvir. Daí a tentativa de organizar aqui um pequeno (e incompleto) inventário de proposições influentes na definição do horizonte polêmico atual que se mostram especialmente refratárias à crítica dialética. Com isso, este artigo corre o risco de juntar apressadamente alhos com bugalhos, e também de chover no molhado, pondo em xeque noções e princípios diversos, inscritos em contextos e discursos também diferentes – mas por outro lado um tanto afins, já bastante conhecidos e frequentemente empregados como se fossem consenso. Acontece que a insistência em certos motivos e modos de polemizar faz parte do quadro contemporâneo. Exemplo disso é a sempiterna questão do cânone literário, que de tempos em tempos é repaginada, sempre mantendo-se um mesmo movimento contraditório: com base em um cânone teórico *up-to-date*, ao qual vão se juntando nomes rapidamente canonizados, contesta-se o interesse da literatura tida por canônica e procura-se instituir um contracânone formado pelos excluídos do cânone, um contracânone que, ao menos temporariamente, é tratado como um novo cânone. Essa história já é velha conhecida e continua sendo relevante, mas serão priorizados adiante tópicos que despontaram mais recentemente nos estudos literários no Brasil, onde tendem a ser tomados como pontos pacíficos, sobretudo quando se trata da produção literária contemporânea.

Antes de prosseguir, um esclarecimento a respeito das ponderações que serão apresentadas: o objetivo não é fazer *tabula rasa* de posicionamentos que confrontam as bases da crítica de viés dialético, nem desqualificar argumentos e procedimentos que a contestam, demonizando posições que se desviam dessa perspectiva. Isso seria ortodoxia tacanha. O propósito é inverso; a tentativa é de diálogo com ângulos teóricos divergentes, para fazer frente à *generalização ou aplicação imediata de ideias*, movimento que trava o horizonte da crítica, intercepta o alcance do debate que tais ideias poderiam fomentar.

¹ Vale lembrar que o autor de “Nacional por subtração” está longe de condenar “o esforço de atualização e desprovincianização em nossa universidade”. Isso é evidente no ensaio. O que se mostra problemático nos saltos de um paradigma a outro, no ritmo descontínuo da vida intelectual no país, é o fato de que “problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder”, tornando-se assim mais difícil a “constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração históricas próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante” (Schwarz, 1987, p. 31).

“Literatura pós-autônoma” é uma das noções do vocabulário teórico atual que vale a pena pôr em pauta como base para chegar a questões relacionadas não só às proposições de Josefina Ludmer. No artigo-manifesto em que trata do tema², a crítica argentina decreta “o fim do ciclo da autonomia literária”, que estaria atestado pela tendência à indissociação entre ficção e realidade, verificável em um conjunto de obras que tem uma espécie de relação imediata, ou pelo menos estreita, com práticas sociais. Note-se que Ludmer se refere a uma determinada série textual. Nas suas palavras, são pós-autônomos textos que “se instalaram localmente e em uma realidade cotidiana para ‘fabricar o presente’ e esse é precisamente o seu sentido”. Essas “práticas literárias territoriais do cotidiano” podem assumir a forma do testemunho, da autobiografia, da reportagem jornalística, da crônica, do diário íntimo, da etnografia etc. Textos que são e não são literatura e, por se situarem nessa fronteira, demandariam da crítica “outra episteme e outros modos de ler”, não admitiriam “leituras literárias”, não poderiam ser lidos com critérios ou categorias literárias. Com isso, teria se tornado obsoleta a preocupação com o valor literário, uma vez que, para se fazer jus ao caráter performativo e intervencional de tais escritos, já não seriam suficientes estratégias analíticas tradicionais. O que eles demandam, a seu ver, é uma recepção também performativa, que extrapole limites institucionalizados da literatura para a aliança na postulação de “um território, a imaginação pública ou fábrica do presente” (cf. Ludmer, 2009, p. 41-45).

Este é um resumo bastante incompleto, que destaca propositalmente apenas movimentos argumentativos que nos interessam mais diretamente. Para discutir a fundo as hipóteses e conclusões de Josefina Ludmer sobre transformações da escrita contemporânea e sua relação com a realidade cotidiana (no artigo e em trabalhos posteriores), ou o rendimento de tais formulações quando postas em prática na abordagem de textos específicos, seria necessária consideração muito mais pormenorizada não só do artigo-manifesto mas também do debate repleto de matizes que ele inaugurou, assim como seria necessário o comentário de estudos nos quais se pudesse observar o alcance e os limites de exercícios críticos alimentados por essa teoria³.

O ponto que importa assinalar aqui é bem mais elementar: o modo performativamente cabal como se afirma uma série de interdições à abordagem de uma parcela significativa da produção contemporânea. O texto de Ludmer diz *não* ao que chama de “leituras literárias”, *não* aos critérios e categorias dos estudos literários, *não* à atribuição de valor literário.

Vamos ficar por enquanto apenas com a primeira negativa (da qual a segunda é decorrente; voltaremos à espinhosa questão do valor literário em breve).

Se estamos falando de escritas híbridas, situadas na fronteira entre a literatura e outros gêneros artísticos (textuais ou não), ou mesmo entre arte e performances ou práticas sociais, então os escritos a que se refere Josefina Ludmer não deixam de ter alguma dimensão literária, seja lá como se defina isso – aliás, chama atenção o fato de que a argumentação parece pressupor uma concepção presentemente estável dos “parâmetros que definem o que é literatura” (Ludmer, 2009, p. 41). Enfim, se se reconhece alguma dimensão literária, por que o regime de “leitura literária” deve ser peremptoriamente descartado em prol de um regime de leitura aderente ao impulso performativo dessas escritas, mimetizando ou emulando seu modo de empenho de intervenção na realidade?

Recusa similar da chamada leitura literária – aquela que opera com “critérios e categorias literárias como autor, obra, estilo, escritura, texto e sentido” (Ludmer, 2009, p. 42) – se verifica nas postulações de Florencia Garramuño (bastante afins às de sua conterrânea) em torno da “inespecificidade na estética contemporânea”:

A articulação dos textos com e-mails, blogs, fotografias, discursos antropológicos, entre muitas outras variantes; ou, no caso da poesia, a colocação em tensão do limite do verso, que pode incorporar amiúde todas essas outras variantes referidas, cifra nessa heterogeneidade uma vontade de imbricar as práticas literárias na convivência com a experiência contemporânea. Para essa literatura, uma leitura estritamente “disciplinada” ou disciplinar pouco parece poder captar (Garramuño, 2014, p. 35-36).

Nesse trecho de *Frutos estranhos*, a intercambialidade entre *disciplinada* e *disciplinar* sugere uma pecha de conservadorismo atribuída a práticas de leitura associadas aos textos literários não-inespecíficos. Não fica claro, porém, por que motivos essas práticas seriam inaptas para lidar com composições que incorporam materiais originários de outros discursos ou campos que não “o literário” (aspas de Garramuño), como se tais elementos heterogêneos, ou sua articulação, fossem em si refratários à leitura que reflete sobre significados de recursos formais manejados na fatura da obra.

Outro problema, do ponto de vista da circulação de teorias contemporâneas como essas, é que proposições elaboradas a partir de um determinado quadro de referências literárias são frequentemente convertidas em palavras de ordem. Um conjunto de aspectos identificado numa parcela de obras recentes é compreendido como marco de uma transformação radical na produção artística e no debate cultural, o que justificaria a reversão absoluta da maneira de se

2 “Literaturas pós-autônomas” foi publicado online pela primeira vez em 2006, depois republicado em outros veículos com pequenas alterações. Utilizamos aqui a versão que a autora numerou como 2.0.

3 Há alguns anos Wanderlan Alves (2021, p. 123-124) já observou que “o debate sobre pós-autonomia começa a se tornar ilegível por sua amplitude”, sobretudo na Argentina e no Brasil, sendo que aqui a recepção da categoria proposta por Ludmer tem uma peculiaridade: “por vezes quase tomada como noção que pode ser ‘aplicada’ ou desdobrada como exercício analítico”.

encarar a arte, como se tudo o que integra uma certa tradição se tornasse velharia. Não por acaso, prefixos com sentido de superação ou negação são tão recorrentes no léxico universitário nas últimas décadas. Por essas e outras, as formulações teóricas a respeito da literatura do presente servem de combustível para a recusa de modos de leitura associados à literatura precedente, recusa que vem de par com a defesa da eficácia de outras modalidades de aproximação ao texto, por vezes designadas de maneira um tanto imprecisa, em expressões nas quais a finalidade faz as vezes de procedimento: “leitura dissonante”, “leitura divergente”, “leitura desviante”, “desleitura”... Seriam estratégias de relação com os textos contemporâneos mais afinadas com o que eles demandam – daí que essa terminologia seja empregada, por exemplo, em relação à literatura compreendida como decolonial. Mas é imperativo que a crítica adote o regime de leitura solicitado pelo texto? Essa demanda também pode ser tomada como componente da forma objetiva, a ser interpretada...

Uma alternativa que se projetou a partir da universidade norte-americana foi a “leitura de superfície”. Ainda que o termo não seja tão recorrente entre nós, não é difícil identificar em trabalhos teóricos e críticos brasileiros a inclinação a substituir o empenho de decifração da obra pela disposição de fruição estética engajada, numa relação com o texto literário e com a escrita crítica que seria menos “instrumental” (em sua busca de conhecimento via interpretação) e mais pautada pelos afetos, entendidos como motor de transformação. Um tipo de leitura que se anuncia como abertura para a imaginação superadora dos constrangimentos impostos pela realidade degradada. É para isso que aponta, por exemplo, a última parte de um artigo publicado na revista da ABRALIC com o emblemático título “Post-Theory and beyond”. Luiz Fernando Valente (2021, p. 33) apresenta motivações da leitura de superfície e salienta: “surface reading is rooted in progressive humanistic practices”.

Within the scope of this article, however, the key question, in Brazil and elsewhere, for anyone who believes, as I do, that by reaffirming our membership in the planetary human community, literature may serve as an antidote for the dystopic sense of chaos and hopelessness that we are currently experiencing, should ultimately be not *how much* we publish nor even *what* we read but *why* and *how* we read in these distressful years of the early twenty-first century. (Valente, 2021, p. 34)

Uma vez que o endosso de discursos contestadores ou progressistas é muito mais imediato e evidenciado pela crítica que se quer pós-autônoma, inespecífica, pós-teórica, alinhada ao regime estético das artes por meio de modelos de leitura aderentes à própria performance textual, os procedimentos da crítica de viés dialético (com a carga de negatividade que pode mobilizar na reflexão) são tidos como insuficientes ou impotentes para lidar com as urgências do presente. Há nisso um pressuposto bastante questionável, segundo o qual o engajamento em ações afirmativas (da obra e da crítica), de fato constituem um “antídoto”, “fabricam” a imaginação de um presente mais promissor ou mais combativo. A feição libertária manifesta ganha contornos de valor ético-estético, uma vez que cada vez mais e cada vez com mais naturalidade é atribuída à literatura uma função ético-reparadora, como notou André Cechinel (2021) num artigo em que assinala a conversão da literatura e dos estudos literários em “campo ético-reparador, responsável [...] por ‘dar visibilidade’, ‘lembra’, ‘reparar danos’, ‘confortar’ etc.”. Em contraste com a intransitividade e a negatividade que caracteriza boa parte da literatura do século XX, afirma-se agora “um crescente pragmatismo [...] segundo o qual os artefatos literários teriam de atuar diretamente sobre o real, aproximando-nos dos ‘outros’ seres (humanos, animais, natureza etc.), ensinando-nos a viver melhor e a ter autoconfiança, apresentando-nos o passado silenciado pelos vencedores da história oficial, enfim, ‘fazendo o bem’”. Note-se que é forte a carga de normatividade nessa suposição de que textos literários poderiam apontar caminhos para corrigir os males da dita civilização. E essa normatividade tem consequências de diversas ordens, como a condenação que pleiteia o ostracismo de determinadas obras e autores, ou a circunscrição do ângulo de abordagem de determinadas séries literárias (como, por exemplo, a literatura de autoria indígena, cuja leitura na maior parte dos casos fica restrita à descrição e à celebração de uma cosmopercepção distinta da cultura de matriz europeia e à qual se atribui caráter redentor).

A questão do valor da obra literária e da função da literatura e da crítica também está implicada na vigência de outra expressão corrente do vocabulário teórico contemporâneo: “lugar de fala”, que se popularizou com o livro da Djamila Ribeiro (2017). A própria autora alerta para equívocos em sua vulgarização que têm a ver com o ponto em que vamos nos deter: “muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a seguinte frase ‘fique quieto, esse não é seu lugar de fala’” (Ribeiro, 2017, p. 20). A noção, de fato, tem sido objeto de muita controvérsia. Uma das posições mais incisivas em sua contestação foi assumida por Jessé Souza, no primeiro capítulo de *Como o racismo criou o Brasil* (2021). O título provocativo deixa bem claro o enfrentamento: “Parece emancipação, mas é só uma fraude neoliberal: sobre ‘lugar de fala’, ‘representatividade’ e afins”. O que o sociólogo entende como equalização ao discurso neoliberal no livro de Djamila Ribeiro se deve, em grande medida, ao rebaixamento da categoria de classe social, lembrada em *O que é lugar de fala?* sempre muito *en passant*, nivelada como um fator entre outros no contexto da interseccionalidade das opressões, a ponto de ser reduzida de modo simplista a critérios de renda, o que mascara a intrincada trama das desigualdades: “o que a análise de Djamila esconde é que a forma mais importante de opressão social na sociedade moderna se refere à estratificação da sociedade em classes sociais” (Souza, 2021, p. 18).

Mas o que cabe apontar aqui, mais modestamente, é uma função que a expressão “lugar de fala” vem desempenhando quando se trata da criação e da interpretação de textos literários. Frequentemente, seu sentido acaba deslizando do reconhecimento da legitimidade e da importância do ponto de vista interno a determinado contexto ou experiência social (incluindo fatores como raça e gênero) para a afirmação de uma autoridade baseada no testemunho ou na identificação. Uma autoridade que muitas vezes refuta qualquer contestação ou mesmo qualquer ponderação que não provenha

do mesmo lugar social, ou pelo menos de um lugar social reconhecido como equivalente. Assim, a noção de “lugar de fala” muitas vezes é acionada como espécie de salvaguarda argumentativa quando se trata de refutar apreciações com alguma carga de negatividade.

Vamos imaginar uma situação hipotética: um homem cis hétero branco de classe média com posição de prestígio na universidade que se dedicasse a problematizar com acuidade, a pôr em discussão eventuais complicações, contradições ou impasses, por exemplo, na estética da “escrevivência” de Conceição Evaristo. Sabemos que problematizar os princípios e resultados de um projeto estético-político pode revelar singularidades interessantes no texto literário e na cena cultural, abrindo margem para questões que podem não estar postas na superfície da enunciação. Isso não significa deslegitimar aquele projeto. Sabemos, porém, que tal possibilidade de entrada na obra de Conceição Evaristo tende a não ser vista com bons olhos. Tanto por conta do perfil social de nosso hipotético crítico quanto porque vigora hoje a suposição de que a problematização relativizaria o caráter afirmativo dessa escrita que enuncia um posicionamento antirracista, de uma autora que é referência e inspiração para o movimento negro, com papel de destaque no crescente reconhecimento da literatura de autoria negra como uma série literária que tem que ser pensada em sua especificidade.

Como indicou Roberto Schwarz na entrevista citada no início, a negatividade agora é negada, virou tabu. Então, indicar algum eventual aspecto não-positivo naquele projeto artístico ou naquela obra passa a ser um risco, porque, no extremo, isso pode ser considerado atitude reativa ao antirracismo que é central no trabalho daquela autora. Um exemplo recente desse tipo de situação foi a polêmica em torno do segundo romance do Itamar Vieira Junior, *Salvar o fogo* (2023). O escritor refutou ferrenhamente a resenha da Lygia Diniz (2023), afirmando que tinham fundo racista as ressalvas da crítica, relacionadas, entre outras coisas, à construção de personagens. Apesar do tom ponderado de Diniz (em passagens como “O romance traz, de fato, muitos elementos previsíveis — em parte inevitáveis, dado o parentesco temático com o romance anterior. Algumas retomadas são, porém, bem-vindas.”), Vieira Junior não se pronunciou sobre aspectos da composição da narrativa levados em conta pela professora da UFMG; a seu ver a resenha apontava limitações em seu romance pelo seguinte motivo: “O editor branco escolhe a crítica branca para resenhar um romance atravessado pela raça e pelo colorismo. Eles precisam nos lembrar que na literatura brasileira não há espaço para nós, então o pacto é deixar a avaliação entre eles” (Vieira Junior, 2023). Os ânimos exaltados na controvérsia, que reverberou nas redes sociais, demonstram o quanto é delicado intervir em discussões dessa ordem.

O episódio serve para ilustrar outra complicação contemporânea, que pode ou não derivar da afirmação de um lugar de fala: o pressuposto da autoridade do autor. Nos debates sobre literatura brasileira contemporânea não é incomum a associação imediata, a confusão mesmo, entre intenções declaradas do escritor e o resultado efetivo de sua composição – como se não pudesse ser significativas eventuais dissociações, tensões ou contradições entre o artefato literário e seu projeto. Aquilo que o autor diz querer expressar, as ideias que professa, os efeitos de leitura que parece pretender e a sua atuação na esfera pública passam a valer mais na recepção do que o texto em si.

Há dois fatores de contexto, muito evidentes, que alimentam a revalorização da intencionalidade, ou a sobrevalorização do gesto autoral, em detrimento da forma objetiva. O primeiro é a aproximação virtual entre autores, leitores e críticos na era das redes sociais. Os vídeos, entrevistas, lives, posts não só amplificam a ressonância das explicações que o escritor oferece sobre os sentidos de seu trabalho como também conferem legitimidade instantânea a esses depoimentos e posicionamentos rapidamente curtidos e compartilhados. O segundo fator é a especialização acadêmica que define o perfil de uma parcela importante dos escritores contemporâneos, espécie de “símbiose entre a prática ficcional e a formação universitária em Letras ou Comunicação Social, a qual tende a trazer para dentro das formas e dos gêneros a própria reflexão sobre a escrita, a partir muitas vezes dos materiais da linguística e da teoria literária” (Mello, 2017, p. 27). Mesmo autores sem formação universitária mantêm interlocução com o ambiente acadêmico por meio de oficinas de escrita criativa, projetos de extensão, movimentos sociais. No caso do escritor proveniente de territórios periféricos, o que tende a pesar mais em sua recepção é mesmo o lugar de fala, enquanto no caso do escritor graduado ou pós-graduado a valorização pode ser alavancada pela afinidade com outros parâmetros teóricos que estejam em alta, e que esse escritor integrado à vida acadêmica sabe manejar em sua escrita.

Claro que a autoconsciência do ficcionista ou do poeta está longe de ser um defeito. O problema a ser considerado é o quanto isso vem sendo instrumentalizado como critério de valor, quando o leitor acadêmico é convertido em leitor modelo. A imbricação entre Teoria, criação literária e superexposição online complica a equação da crítica porque favorece a conversão do elemento extraliterário ou pré-literário (como o lugar de fala ou o projeto autoral) em valor. Não valor estético, uma noção que, como já vimos, vem sendo descartada. Mas, de qualquer modo, é uma espécie de valor atribuído à obra. Talvez o ponto nevrálgico dessa complicação possa ser sintetizado com uma afirmativa de Jacques Rancière (2003) num artigo dedicado a outras questões relacionadas a autoria: “o autor contemporâneo é mais estritamente proprietário do que jamais o foi qualquer autor”. Apesar de o assunto de Rancière no texto ser bem distinto, é oportuna essa imagem do autor-proprietário. Ela ajuda a pensar os efeitos da sobrevalorização da performance autoral, que acentua o caráter de mercadoria da produção literária, já que a definição prévia de sentido da obra a captura num circuito em que fica reduzida sua potência significativa, suas contradições, suas fissuras...

O feixe de questões em jogo no horizonte polêmico é extenso, não se resume às aquelas que se relacionam diretamente aos tópicos abordados aqui. A partir desse inventário incompleto, porém, devem ter ficado discerníveis linhas de força entrecruzadas que exprimem a recusa da ideia de leitura como reflexão sobre formas objetivas, seja em nome da valorização ética de um projeto estético, seja em nome de uma relação com a literatura que se faz como vivência com finalidade imediata. Em outras palavras: a recusa da relevância do valor de conhecimento de aspectos específicos da experiência social figurados na obra, em prol do investimento no potencial da imaginação ou da linguagem como recurso reparador. Não são muito frequentes entre nós bons debates em torno disso, com disposição argumentativa que vá além de palavras de ordem para conferir ponderadamente possíveis contribuições de posições divergentes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Wanderlan. Pós-autonomia e crítica menor. **Remate de males**, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, v. 41, n. 1, p. 122-151, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/remate.v41i1.8663968>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8663968/26950>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- CECHINEL, André. Reconfigurações ético-reparadoras do literário hoje. **Remate de males**, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, v. 41, n. 1, p. 76-97, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/remate.v41i1.8658823>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8658823>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- DINIZ, Lygia. Espírito do tempo. **Quatro cinco um**, São Paulo, n. 69, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/resenhas/literatura/literatura-brasileira/espirito-do-tempo/>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- GARRAMUÑO, Florencia. **Frutos estranhos**: sobre a inespecificidade na estética contemporânea. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- LUDMER, Josefina. Literaturas postautónomas 2.0. **Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, n. 32, 2009, p. 41-45. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403041704005>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- MELLO, Jefferson Agostini. Um folhetim universitário. In: **Literatura e crítica no Brasil hoje**. Brasília: Edições Carolina/GELBC-UnB, 2017. E-book. 454 p. p. 36-75. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Literatura-cr%C3%ADtica-no-Brasil-hoje-ebook/dp/B074TY9NVM/ref=sr_1_1?_mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&dib=eyJ2IjoiMSJ9.URTdbzAU6VCXIGRgVwo54Q.KdFcN_ZWjBKLS8BwhkVisamKtGAfbN78pUh8WG6U8EI&dib_tag=se&keywords=jefferson+agostini&qid=1742576974&sr=8-1. Acesso em: 21 mar. 2025.
- RANCIÈRE, Jacques. Autor morto ou artista vivo demais?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 abr. 2003. Caderno mais!. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0604200308.htm>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-48.
- SCHWARZ, Roberto. Sobre Antonio Cândido [entrevista a Maria Augusta Fonseca]. In: **Seja como for**: entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019. p. 264-269.
- SOUZA, Jessé. Parece emancipação, mas é só uma fraude neoliberal: sobre “lugar de fala”, “representatividade” e afins. In: **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. p. 14-43.
- VALENTE, Luiz Fernando. Post-Theory and beyond. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Porto Alegre, v. 23, n. 42, p. 21-37, jan./abr., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20212342lfv>. Disponível em: <https://rblc.com.br/index.php/rblc/article/view/600>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Salvar o fogo**. São Paulo: Todavia, 2023.
- VIEIRA JUNIOR, Itamar. Vini Jr. ensina que devemos erguer a cabeça e ir até o fim contra racismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 maio 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/itamar-vieira-junior/2023/05/vini-jr-ensina-que-devemos-erguer-a-cabeca-e-ir-ate-o-fim-contra-racismo.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2025.